

LEGISLAÇÃO VIGENTE

Constituição Federal de 1988 – Art. 70 – parágrafo único - Do Dever de prestar contas.

Lei nº 4.320/1964 – Art. 63 e 64 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Da Despesa – liquidação e ordem de pagamento)

Decreto -lei nº 200/1967 – Artigo 10 Dispões sobre a Descentralização

Lei nº 8.666/1993 – Art. 116 – Aplicabilidade, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

Decreto nº 99.658/90 - Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

Lei nº 10.520/2002 – Institui a modalidade de licitação Pregão para bens e serviços comuns

Decreto nº 5.450/2005 - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências

Decreto nº 5.504/2005 – Obrigatoriedade de pregão, preferencialmente eletrônico, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências de recursos públicos da União (convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos).

Lei Complementar nº 123/2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (exceção Art. 47 a 49)

Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa

Lei nº 9.755/1998 - Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações.

Súmula/STF nº 3 – Da observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa em processos instaurados perante o Tribunal de Contas da União (TCU).

Legislação dos Programas de Governo

Súmula/TCU nº 230 – Da Prestação de contas de prefeitos antecessores (obrigatoriedade sob pena de co-responsabilidade)

Instrução Normativa TCU nº 56/2007 – Dispõe sobre instauração e organização de processo de tomada de contas especial e dá outras providências.

Portaria nº 42/1999, do MOG - Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.

Lei nº 11.514/2007 – Lei de Diretrizes Orçamentárias da União – LOD 2008

Lei nº 11.768/2008 – Lei de Diretrizes Orçamentárias da União – LDO 2009

Instrução Normativa nº 01/1997 – Antiga norma dos convênios e contratos de repasse. Naquilo que não conflitar com a legislação vigente.

Acórdão TCU 2066/2006: Determina ao MPOG o desenvolvimento de sistema em meio web para gestão das transferências voluntárias da União.

Acórdão TCU 2048/2007: Aprova o documento “Visão Geral” do Portal dos Convênios.

Decreto nº 6.170/2007 – Dispõe sobre normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

Portaria Interministerial nº 24/2008 – Disciplina os procedimentos operacionais para arquivamento de convênios com mais de 5 anos e valor inferior a R\$100 mil.

Decreto nº 6.428/2008 – Altera dispositivos do Decreto nº 6.170/2007.

Portaria Interministerial nº 127/2008 – Estabelece normas para execução do Disposto no Decreto nº 6.170/2007.

Portaria Interministerial nº 165/2008 – Dispõe sobre a Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.